

Trinta Anos do COREDE: Um Panorama do seu Impacto no Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul

THIAGO BUDÓ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

GABRIEL ANDERSON WACHHOLZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

NELSON GUILHERME MACHADO PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

BIANCA FORTES SCHARDONG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

ELIZAMA BRIZOLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

Agradecimento à orgão de fomento:

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio fundamental na realização deste estudo. A colaboração e o financiamento fornecidos foram essenciais para a condução da pesquisa e a obtenção dos resultados apresentados. Agradecemos por promover o avanço do conhecimento científico e contribuir significativamente para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Sua contribuição foi essencial para o sucesso deste trabalho.

Trinta Anos do COREDE: Um Panorama do seu Impacto no Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, devido a sua grande extensão territorial e população, enfrenta diversos desafios sobre sua governança por conta da sua vastidão e diversidade. Composto por 26 estados federativos e o Distrito Federal, é uma concreta e organizada divisão do poder estatal, é uma divisão vertical do poder. O país apresenta uma estrutura política complexa que incorpora elementos de centralização e descentralização.

Cada um desses estados possui sua própria autonomia, garantida pela Constituição Federal de 1988, conferindo-lhes poderes para legislar e administrar sobre questões específicas dentro de suas fronteiras. Além disso, os municípios, que somam mais de cinco mil em todo o território nacional, também desempenham um papel crucial na administração local, atendendo às demandas e necessidades das comunidades locais.

O Rio Grande do Sul (RS) é um estado Federativo localizado na região Sul do Brasil, com fronteiras com a Argentina e o Uruguai, sendo o nono maior estado brasileiro, a sua economia é diversificada, mas envolvendo principalmente setores como agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços. A produção de soja, milho, trigo e a criação de gado são as atividades econômicas mais significativas no estado. Porém, mesmo assim ao longo dos anos o RS enfrentou disparidades regionais que não contribuíram para o avanço do desenvolvimento.

Durante a segunda metade do século XX, diversas propostas de divisão regional no Estado do RS foram elaboradas para atender a uma variedade de objetivos. Estes objetivos iam desde a harmonização das iniciativas setoriais promovidas pelos órgãos da administração estadual, até a descentralização da gestão governamental, baseada na participação dos atores regionais nas decisões relacionadas ao planejamento e à promoção de um desenvolvimento mais equitativo entre as distintas regiões do Estado (TONI; KLARMANN, 2002).

Com base nesse contexto, foram pensadas políticas de descentralização com o propósito de combater as desigualdades regionais, elas não poderiam se pautar apenas por uma análise sobre as tendências macrorregionais. Diante dessa situação, apesar de não ser prontamente identificada como uma política convencional de desenvolvimento regional com incentivos específicos para regiões desfavorecidas, a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), foi delineada no início dos anos 90 e oficializada em 1994. Esta iniciativa pode ser interpretada como uma das principais medidas adotadas para promover uma abordagem regionalizada no Rio Grande do Sul, com o intuito de construir uma ampla política para toda a região, conforme destacado por Cargnin (2014)."

A politização das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul desempenhou um papel crucial ao abrir espaço para o surgimento e a continuidade da atuação dos COREDEs como instituições de planejamento e governança territorial (DALLABRIDA, 2011). A construção dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDEs) é considerada uma das maiores repercussões para a questão regional no Rio Grande do Sul, com três décadas de existência. Essas instituições têm desempenhado um papel essencial, atuando em todas as políticas elaboradas e implementadas no Estado. Por isso, a análise dos resultados e das repercussões territoriais das políticas governamentais no combate às desigualdades regionais também inclui o interesse na formação desses Conselhos (CARGNIN, 2014).

Os COREDEs são conselhos estabelecidos, que funcionam como estruturas institucionais que promovem a interação entre a sociedade civil e o Estado em níveis municipal, estadual e federal. Esses conselhos são espaços públicos que possibilitam a discussão, tomada de decisões e interação entre políticas, ações, lideranças e alocação de recursos voltados para o desenvolvimento regional. São importantes instrumentos para a promoção do diálogo e a

definição de estratégias que visam impulsionar o progresso nas diferentes regiões do estado (RIBAS et al., 2021).

A criação dessa política foi baseada no *Conseils Économiques et Sociaux Régionaux* (CERSR) da França, surgidos a partir de 1972. Os COREDEs são compostos por representantes de órgãos públicos, deputados, prefeitos, presidentes de câmaras e conselhos municipais, representações das instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia, sindicatos, associações, cooperativas e movimentos sociais. Eles abrangem a sociedade regional com o intuito de promover o desenvolvimento local (BANDEIRA, 2007).

Em 2024 o COREDE completou 30 anos de existência no Estado Rio Grande do Sul. Nessa linha, vale pontuar que este trabalho tem o seguinte problema de pesquisa: “De que forma os estudos sobre a temática dos COREDEs têm evoluído nos últimos 30 anos?” Visando responder a tal problema de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo verificar a atuação deste órgão e como ele impacta no cotidiano do estado do RS por meio de um levantamento de estudos publicados nos últimos 30 anos.

Nesse contexto, esta pesquisa se justifica, pois busca abordar um tema de relevância para a compreensão do desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul, qual seja, a evolução dos estudos sobre as políticas públicas no Estado. Nessa perspectiva, o presente estudo visa contribuir na discussão para o entendimento dos temas de pesquisa envolvendo os COREDEs nos últimos 30 anos de modo a fornecer novas maneiras de implantar objetivos de desenvolvimento regional. Além desta introdução, o trabalho apresenta referencial teórico sobre o tema, os procedimentos metodológicos da pesquisa, análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento

De acordo com Brito (2004) no âmbito das ciências sociais, o conceito de desenvolvimento é multifacetado e pode ser abordado de várias maneiras, dependendo da disciplina específica em questão, porém nas ciências sociais, geralmente, o desenvolvimento é entendido como um processo de progresso social, econômico, político e cultural que ocorre ao longo do tempo em uma sociedade ou comunidade.

A partir de 1950, o termo desenvolvimento econômico esteve ligado a diversas concepções defendidas por diferentes economistas e instituições acadêmicas. Essas concepções variaram desde o mero crescimento econômico até abordagens como a dissociação, o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável (BECKER; WITTMANN, 2003). A discussão dessa evolução sobre os paradigmas de desenvolvimento pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós 1950

Estratégia básica	Período	Principais elementos	Ênfase
Modernização ou Desenvolvimento Tardio	Década de 50	Industrialização, Substituição das importações, Fomento das exportações e Revolução verde	Setorial, Econômica, Orientada para o crescimento
Dissociação ou Desenvolvimento Endógeno	Década de 60	Desenvolvimento do mercado interno, self reliance (auto suficiente)	Política

Equacionamento das necessidades básicas	Década de 70	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos.	Regional e social
Ajuste estrutural	Década de 80	Desregulamentação, flexibilidade, equacionamento da dívida, balanço e inflação interna.	Econômica
Desenvolvimento sustentável	Década de 90	Desenvolvimento socioeconômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômica.

Fonte: Adaptado de Becker e Wittmann (2003).

As primeiras concepções foram amplamente influenciadas pelo crescimento econômico, considerado como um elemento fundamental, porém não exclusivo, para alcançar o desenvolvimento econômico. Essa perspectiva gerou divergências significativas de opinião, sendo a economia a disciplina que inicialmente liderou as discussões, dada a sua abordagem peculiar. Inicialmente equiparado ao crescimento econômico, o conceito evoluiu gradualmente para abranger o desenvolvimento, destacando-se na distribuição da riqueza gerada. Com o tempo, foram incorporadas outras características, incluindo a dimensão regional, cujo foco, embora ainda fortemente influenciado pela economia, aborda questões inerentes à desigualdade na distribuição de riqueza (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019).

Segundo Barbieri (2009), a classificação dos países como desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) é baseada em critérios como nível de industrialização, renda per capita e diversificação econômica, no entanto, essa abordagem de mensuração do desenvolvimento é criticada por sua ênfase exclusiva em aspectos econômicos, negligenciando considerações sociais e ambientais.

Esse modelo mais atual, sugere que as abordagens contemporâneas do desenvolvimento, como o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável, estão desafiando as visões tradicionais centradas apenas no crescimento econômico. Essas novas abordagens enfatizam a importância de se considerar o bem-estar humano, os direitos fundamentais e a sustentabilidade ambiental como componentes essenciais do desenvolvimento. Ao colocar o ser humano no centro das políticas de desenvolvimento e ao promover uma abordagem mais equitativa e holística, busca-se garantir uma vida digna e justa para todas as pessoas, além de proteger os recursos naturais para as gerações futuras (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Essa visão é corroborada por Molina (2019) em que o desenvolvimento começa a ser compreendido como um processo complexo de transformações e mudanças intensas, que abarcam os aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos. Desse modo, caracterizado pela precisão, de suprir as necessidades básicas da humanidade, de perpetuar o direito à cidadania, em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária e do crescimento econômico sustentado, surge o Desenvolvimento Sustentável como alternativa às demandas da contemporaneidade.

Ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento foi sendo complementado por outras características, sendo uma delas a dimensão regional. Apesar de ainda ter uma forte inclinação econômica, essa dimensão destaca questões relacionadas à desigualdade na distribuição da riqueza. Isso indica que o desenvolvimento regional não se limita apenas ao crescimento econômico, mas também aborda a distribuição desigual dos recursos e oportunidades entre

diferentes regiões, destacando a importância de políticas e medidas para reduzir essa disparidade e promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo em nível regional (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019).

A interligação entre o desenvolvimento regional, a preservação ambiental e o desenvolvimento humano. Ressaltam a importância de promover a cooperação entre as comunidades locais e de integrar os valores ambientais e sociais no processo de desenvolvimento regional. Além disso, enfatizam a necessidade de garantir que o crescimento econômico seja sustentável e beneficie as gerações presentes e futuras (LIMA, 2021).

2.2 Desenvolvimento Regional

Ao longo dos anos, no Brasil, apesar dos avanços, persistem as desigualdades entre as regiões. Esse é um tema de preocupação social e objetivo de políticas públicas voltadas para a redução das disparidades regionais, devendo continuar sendo uma prioridade do governo. Nesse contexto, as “questões regionais” tornaram-se um elemento central de uma estratégia para enfrentar o desafio maior de diminuir as disparidades socioeconômicas do país (CARGNIN, 2014). Dessa forma as articulações para o desenvolvimento regional ocorrem através da descentralização política e administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial, tanto em níveis nacionais quanto subnacionais. Isso permite uma maior participação e envolvimento das regiões na definição de estratégias e ações para o seu desenvolvimento (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011).

De acordo com Oliveira (2019) a análise o desenvolvimento regional envolve a avaliação de fatores sociais e econômicos dentro de uma determinada região, incluindo a mobilidade espacial do capital do trabalho e das inovações, além disso, o uso eficiente desses fatores em uma região específica pode ter impactos significativos na redução ou aceleração das desigualdades regionais. Esse processo é caracterizado por transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, desempenhando um papel crucial na compreensão da evolução da dinâmica dos setores produtivos regionais. Conforme destacado por Etges (2019), a promoção do desenvolvimento regional demanda uma compreensão fundamental: reconhecer a diversidade regional como uma potencialidade para o progresso, e não o contrário.

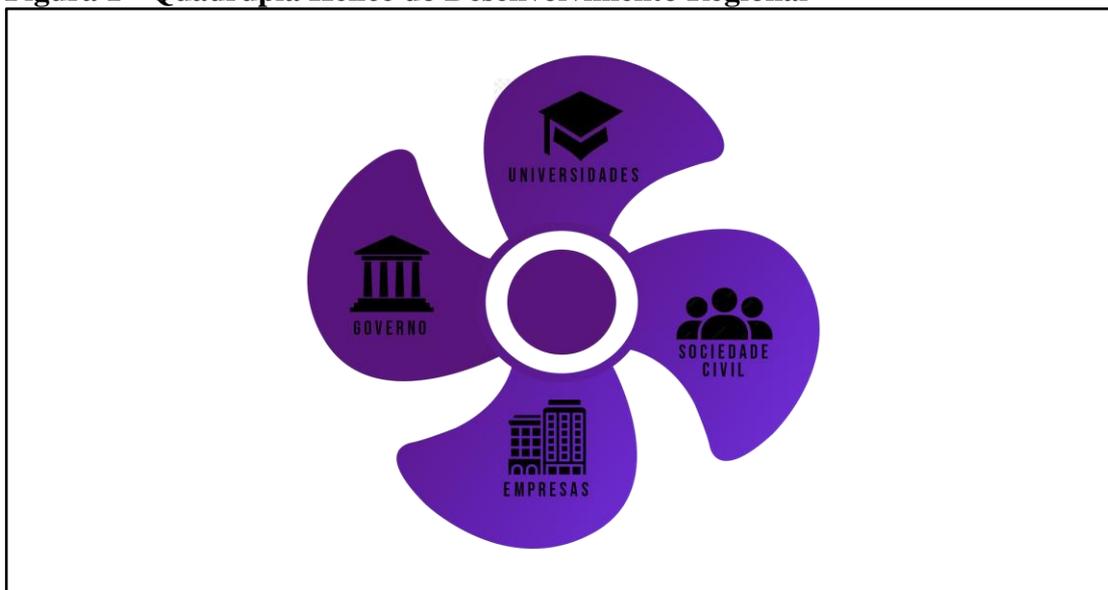
Curadi e Brandão (2019), ressaltam a relevância de analisar a temática sobre a perspectiva do território, partindo do pressuposto de que os conceitos de desenvolvimento regional e território estão intimamente conectados. Uma vez que resultam da compreensão de espaço, sendo uma dimensão construída por ações individuais e sociais, as quais podem ser divididas em diversas partes, alterando apenas sua unidade de análise e criando assim, diferentes territórios.

Cândido et al. (2022) ponderam que a importância das universidades nas políticas de desenvolvimento regional, sugere que as universidades desempenham um papel fundamental ao oferecer uma variedade de produtos e serviços que atendem às demandas e necessidades específicas das regiões em que estão localizadas, além disso, o papel torna-se ainda mais significativo em áreas que enfrentam desafios e limitações consideráveis em relação ao desenvolvimento econômico e social. Stavizki, Junior e Deponti (2021) salientam que o desenvolvimento regional é abordado considerando a região como um território influenciado por interesses globais e locais, fortalecendo paradigmas dicotômicos através da interação entre visões contrastantes oriundas de diferentes escalas.

Nesse sentido, tendo a região como seu foco, o desenvolvimento regional busca criar um ambiente com potencial competitivo integrando-se com outras regiões e, de forma concomitante, o empenho na gestão eficaz dos fatores de desenvolvimento no que se refere ao melhor uso dos recursos na garantia de uma boa participação dos diferentes atores, tendo como principal objetivo aspectos como o combate às assimetrias regionais, o aproveitamento dos

recursos, as potencialidades regionais e a garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. Nesse sentido, para que ocorra a otimização do desenvolvimento regional é necessária a comunicação eficaz entre os diferentes níveis administrativos, coordenação e discussões reflexivas entre várias perspectivas e grupos de interesse (CANDIDO; PONTES; SILVA, 2022). No desdobramento da evolução dos paradigmas de desenvolvimento regional, a abordagem da quádrupla hélice torna-se visível e central, como evidenciado na Figura 1, ilustrando a interconexão dinâmica entre os setores governamentais, acadêmicos, empresariais e sociedade civil.

Figura 1 - Quádrupla Hélice do Desenvolvimento Regional



Fonte: Adaptado de Patias e Baggio (2022).

Ademais, Oliveira (2021) enfatiza que o desenvolvimento regional não se limita apenas à modernização das estruturas produtivas nas regiões periféricas, mas também envolve o fortalecimento das comunidades locais através de valores e recursos que lhes permitem agir de forma empreendedora e colaborativa para promover seu próprio desenvolvimento, portanto, isso destaca a importância do capital humano, social e cultural nas estratégias de desenvolvimento regional.

3 MÉTODO

Com relação ao objetivo do presente estudo, adotou-se a classificação da pesquisa como de revisão bibliográfica, de acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021) essa metodologia começa com uma revisão abrangente da literatura existente, destinada a fornecer ao pesquisador suporte na delimitação precisa do tema e na contextualização detalhada do objeto problema em consideração, sendo essencial para embasar teoricamente o estudo e fornecer a compreensão adequada. No que se refere a abordagem da pesquisa, esta é classificada como qualitativa. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2022) afirmam que uma pesquisa qualitativa requer a definição de objetivos, a seleção das informações e a condução da pesquisa, seguida pela construção, se necessário, de hipóteses para explicar o problema identificado, além da definição do campo e de todos os aspectos necessários para a coleta de dados.

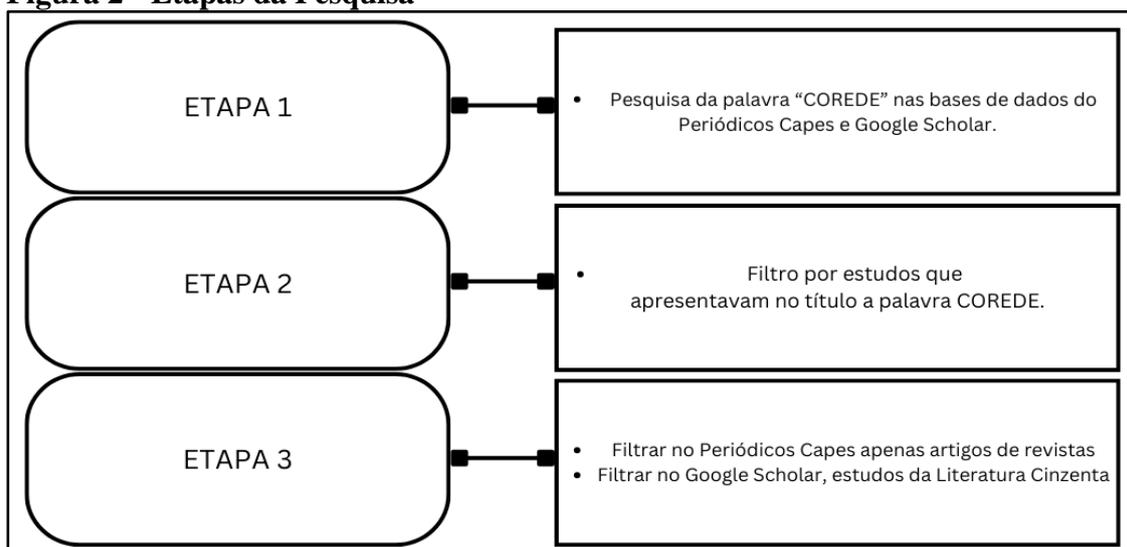
Foi buscado informações em fontes bibliográficas como no portal de Periódicos Capes e na plataforma Google Scholar, a fim de analisar e sintetizar o conhecimento acumulado sobre esse tema ao longo do tempo. A escolha pelas duas bases visa trazer visões complementares,

pois enquanto o portal de Periódicos Capes traz uma visão mais científica e consolidada sobre as publicações, a plataforma do Google aborda trabalhos que muitas vezes não possuem a mesma relevância, contudo, estes também se apresentam como importantes fontes difusoras de conhecimento prático.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é reconhecida como um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, oferecendo acesso a mais de 38 mil periódicos completos e 396 bases de dados abarcando uma variedade de conteúdos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (CAPES, 2024). Por meio do Periódicos Capes foram incluídos apenas artigos de revistas.

O Google Scholar, por ser um meio de pesquisa mais popular possui uma vasta gama de resultados abrangendo uma área que é conhecida como literatura cinzenta, de acordo com Gomes, Mendonça e Souza (2000) a expressão literatura cinzenta, refere-se a documentos não convencionais e semi publicados, produzidos em diversos contextos como governamentais, acadêmicos, comerciais e industriais, esses documentos geralmente não são facilmente adquiridos por meio dos canais tradicionais de venda de publicações, isso porque seus editores não consideram inicialmente o aspecto da comercialização durante sua elaboração. Após a coleta, inicia-se a análise dos dados. A Figura 2 ilustra como foram elaboradas as etapas da pesquisa.

Figura 2 - Etapas da Pesquisa

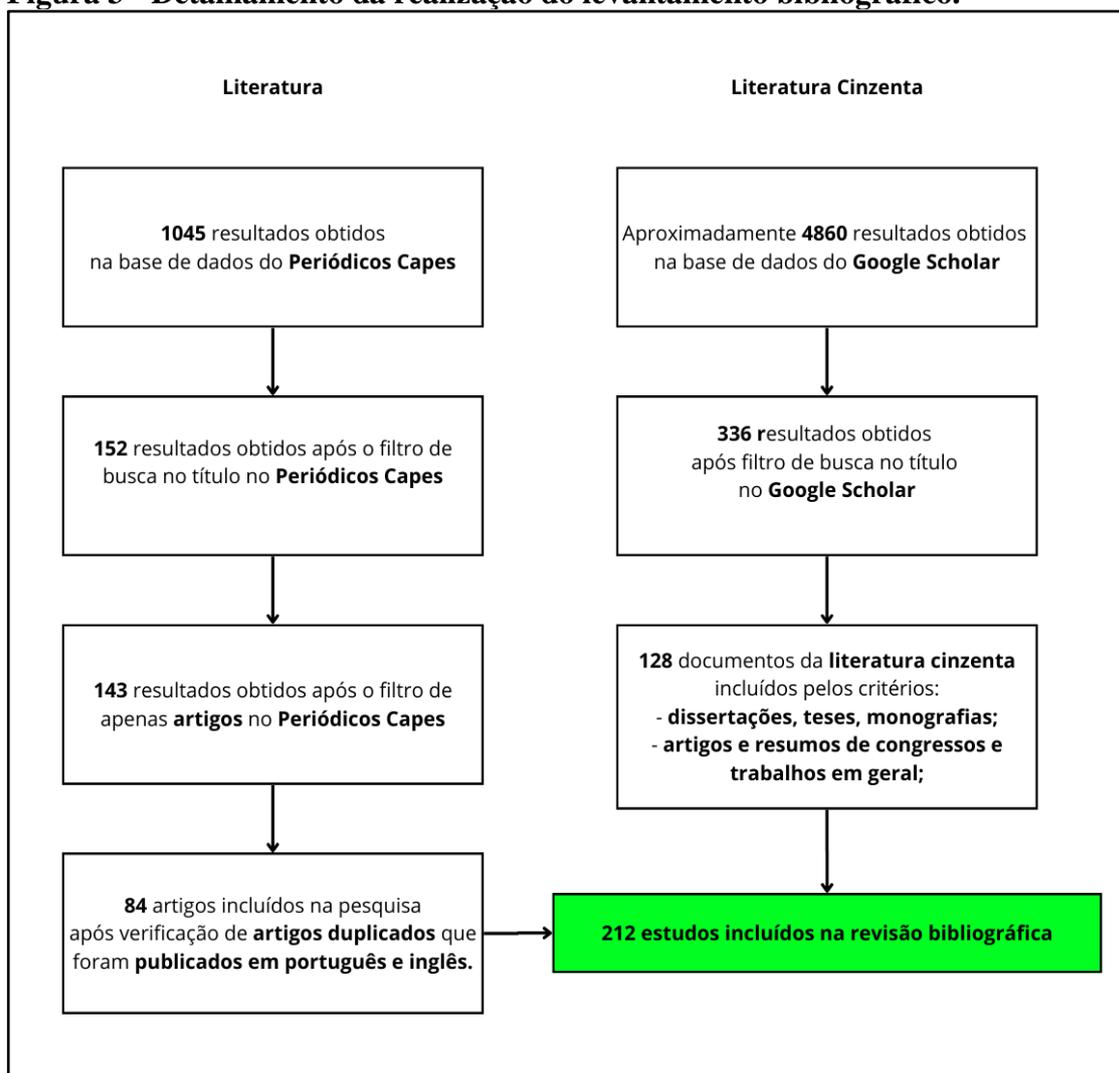


Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do exposto, na Figura 2, foi feita a pesquisa da palavra “COREDE” em ambas as bases de dados, e utilizado filtro por estudos que apresentavam no título a palavra buscada. No Capes foi coletado apenas artigos publicados em revistas, enquanto no Google Scholar foi feita uma análise de estudos em geral (literatura cinzenta).

A seguir a Figura 3 detalha como foi realizada a divisão na pesquisa entre o Periódicos Capes e o Google Scholar, evidenciando também os resultados obtidos nas pesquisas da filtragem da palavra-chave, para que no final fossem incluídos os trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico.

Figura 3 - Detalhamento da realização do levantamento bibliográfico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mostra a Figura 3, foram incluídos na pesquisa 84 artigos do Periódicos Capes, e 128 estudos dos tipos, teses, dissertações, monografias, artigos e resumos de congresso e trabalhos em geral do Google Scholar (literatura cinzenta). Somando os dois periódicos, ao todo foram analisados 212 estudos, combinando ambas as fontes de dados.

A pesquisa busca compreender como a percepção e o entendimento sobre o tema evoluíram ao longo do tempo, identificando padrões e tendências que possam contribuir para o desenvolvimento regional e, por fim, a análise dos resultados obtidos é explorada na próxima seção.

4 RESULTADOS

4.1 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)

Em 1991, o Governo do Estado do RS introduziu uma estratégia de desenvolvimento regional participativa, marcada pelo estabelecimento de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), compostos por membros representativos tanto da esfera política quanto da sociedade civil em cada região do estado. A função primordial desses conselhos era

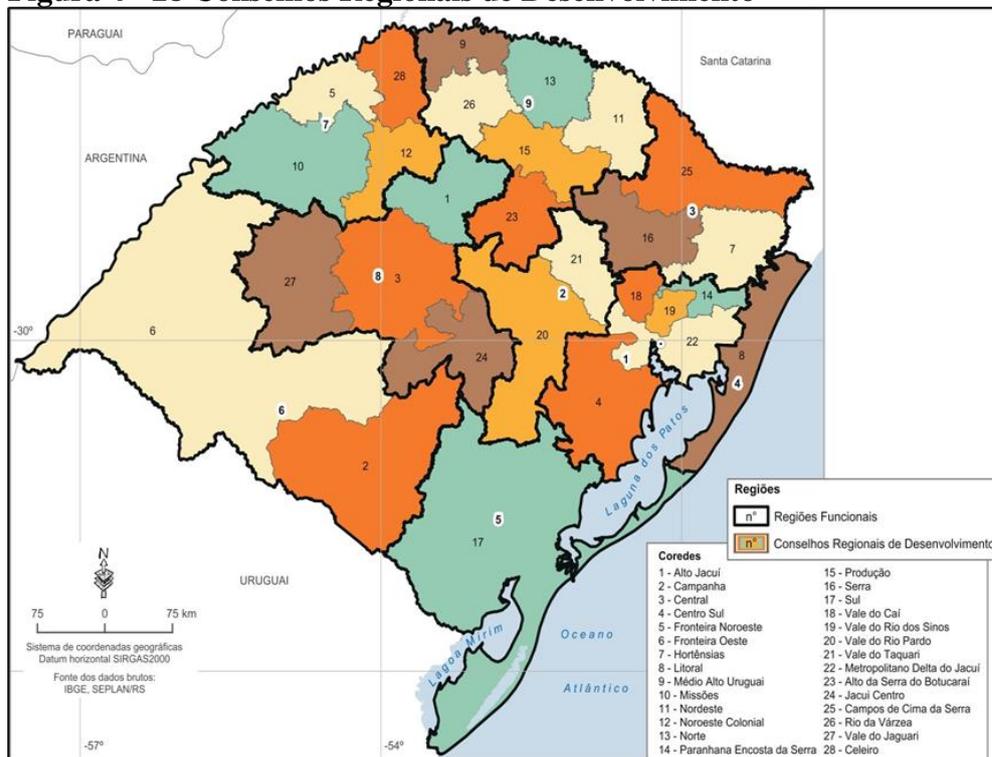
identificar as principais necessidades regionais, a fim de que fossem integradas ao processo de elaboração do orçamento estadual (TIRELLI; BUGS, 2020).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), estabelecidos oficialmente pela legislação estadual n. 10.283 de 17 de outubro de 1994, representa um espaço de diálogo para promover políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional. Seus principais propósitos incluem fomentar um desenvolvimento regional equilibrado e sustentável; aprimorar a eficácia na alocação dos recursos públicos e nas intervenções governamentais para aprimorar a qualidade de vida da população, bem como a distribuição justa da riqueza gerada; incentivar a permanência da população em suas regiões; e a preservação e reabilitação do meio ambiente.

A composição original dos Conselhos Regionais, inicialmente formada por 21 regiões, passou por modificações em 1998 com a criação do 22º COREDE - Metropolitano Delta do Jacuí. Em 2004, houve a expansão para 24 regiões, incorporando os COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Os COREDEs Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea foram adicionados em 2006, enquanto os COREDEs Vale do Jaguari e Celeiro surgiram em 2008 por meio do decreto n. 45.436, totalizando 28 COREDEs no estado. Em 2010, o decreto 47.543 ajustou a composição de três conselhos, com o COREDE Rio da Várzea incorporando os municípios de Chapada, Nova Boa Vista (anteriormente do COREDE Produção), e Jaboticaba (do Médio Alto Uruguai).

O decreto n. 54.572, de 14 de abril de 2019, regulamentou tanto a lei de criação de 1994 quanto a lei estadual n. 13.595 de 2010, que estabeleceu a estrutura e o funcionamento do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O decreto de 2019 manteve a configuração dos 28 COREDEs, estabelecida desde a última alteração em 2010, mas legalizou sua agrupação em nove Regiões Funcionais de Planejamento. Com isso, trouxe fortalecimento do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e também a participação ativa da Sociedade Civil. A Figura 4 retrata a divisão do território de atuação dos 28 COREDEs dentro do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 4 - 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento



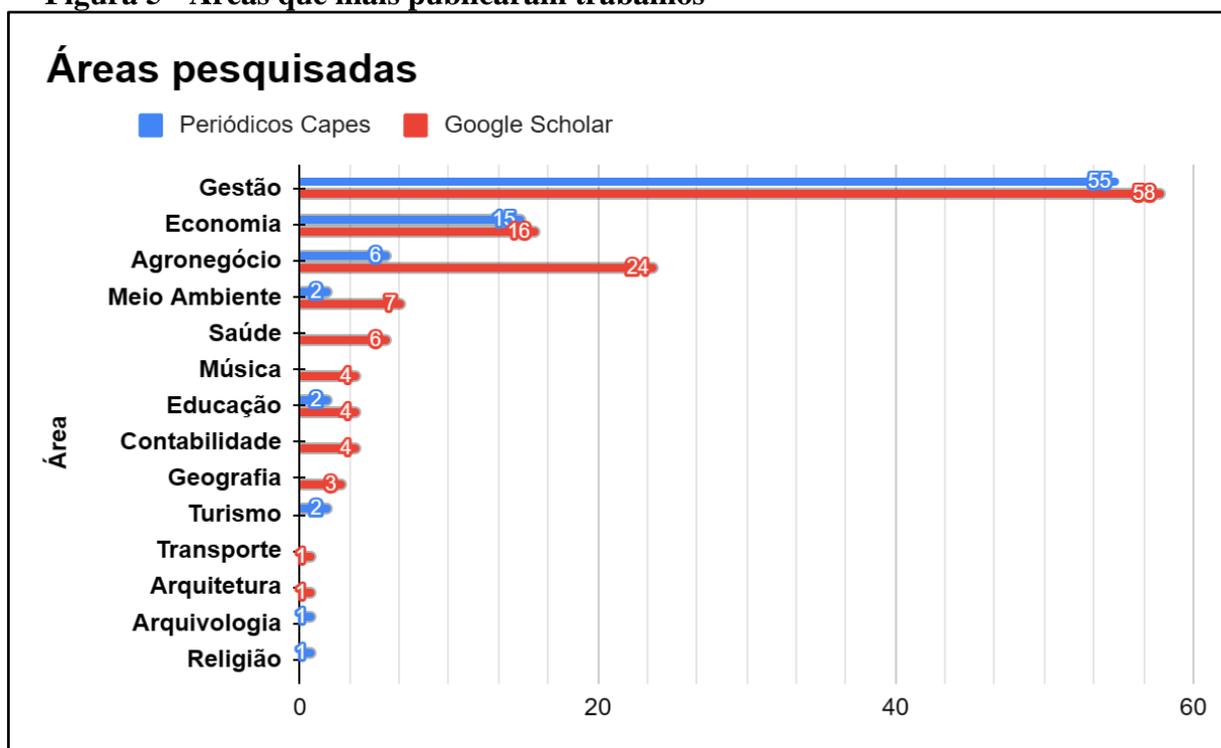
Fonte: Pessoa (2017).

Com base na Figura 4, observa-se a divisão dos 28 COREDEs distribuídos em 9 Regiões Funcionais, destacando-se o Corede Fronteira Oeste que possui a maior extensão territorial.

4.2 Análise e Discussão dos Resultados

Através do levantamento bibliográfico realizado no Periódicos Capes e Google Scholar, os trabalhos pesquisados foram divididos em áreas disciplinares, como detalhado na Figura 5, que destaca as áreas mais investigadas entre as duas bases de dados. Essa análise oferece uma compreensão mais aprofundada das tendências de pesquisa e das principais áreas de interesse dentro do escopo do estudo.

Figura 5 - Áreas que mais publicaram trabalhos



Fonte: Resultados da pesquisa.

A partir do exposto na Figura 5, percebe-se que a área em que mais se publica trabalhos é a de gestão, tanto no Periódicos Capes quanto no Google Scholar. Isso mostra que a gestão está alinhada com o desenvolvimento regional, colaborando com as ações dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Os autores Silva e Crisóstomo (2019) destacam a relevância de uma gestão eficaz dos recursos públicos. Essa gestão não se limita apenas a aspectos técnicos, mas também envolve decisões políticas que exercem uma influência significativa na vida da população. Isso ocorre porque tais decisões têm um impacto direto no bem-estar social como um todo (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019).

Em seguida, apresenta-se a área de Economia, quanto ao número de trabalhos, esse tópico se mostrou praticamente equivalente nos periódicos buscados, além disso, evidencia que os COREDEs também alinham-se com a economia local. Esse resultado se apresenta em consonância com Corrêa, Silveira e Kist (2019), para os autores, o desenvolvimento reflete uma preocupação crescente com as questões de justiça social, igualdade de oportunidades e distribuição de renda, e também do crescimento econômico. De acordo com os dados apresentados na Figura 5, o agronegócio se destacou como a terceira área com maior volume de publicações no Google Scholar. Isso pode ser atribuído ao fato de que o agronegócio

representa uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, atingindo 23,8% em 2023, conforme dados do CEPEA (2023). Diante da relevância econômica do agronegócio, pode-se observar de modo recorrente um número expressivo de estudos dedicados a esse setor.

Os COREDEs foram estabelecidos em 1994, o que justifica a escolha dessa data como ponto de partida para a pesquisa. A Figura 6, por sua vez, oferece uma representação da evolução dos trabalhos publicados ao longo desse período específico. Esse enfoque temporal permite uma análise mais precisa das mudanças e tendências na produção acadêmica relacionada aos COREDEs ao longo dos anos.

Figura 6 - Evolução de trabalhos publicados ao longo dos anos.



Fonte: Resultados da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados na Figura 6, é possível observar que o primeiro trabalho publicado pelo Google Scholar foi em 1998, enquanto que, o primeiro registro no Periódicos Capes foi no ano de 2002. Esses anos refletem a data de criação dessas importantes bases de dados, principalmente em torno dos anos 2000. Nessa perspectiva, Almeida, Guimarães e Alves (2010) destacam que o Portal de Periódicos da Capes foi oficialmente lançado pelo ministro da Educação em 11 de novembro de 2000.

Uma análise mais detalhada da Figura 6 revela um aumento significativo no número de publicações entre os anos de 2014 e 2020, seguido por uma leve diminuição. Essa queda pode ser atribuída à pandemia de COVID-19, que impactou diversas áreas da pesquisa e interrompeu alguns projetos em andamento.

Ainda no que se refere aos resultados obtidos, na Tabela 1 buscou-se categorizar os COREDEs e apresentou-se uma classificação dos que mais contribuíram com publicações durante o período analisado. Esses dados fornecem insights valiosos sobre as tendências de pesquisa em diferentes regiões e áreas temáticas.

Tabela 1 - Principais COREDEs em Publicações.

Corede	Periódicos Capes	Google Scholar	TOTAL
--------	------------------	----------------	-------

Missões	8	16	24
Produção	7	10	17
Alto Jacuí	5	9	14
Serra	3	11	14
Fronteira Oeste	6	5	11
Norte	3	8	11
Rio da Várzea	4	7	11
Vale do Rio dos Sinos	6	5	11
Vale do Rio Pardo	6	5	11
COREDEs (todos)	9	1	10
Médio Alto Uruguai	6	4	10
Sul	5	5	10
Central	3	6	9
Fronteira Noroeste	4	4	8
Noroeste Colonial	2	6	8
Celeiro	3	2	5
Litoral	3	2	5
Metropolitano Delta do Jacuí	2	3	5
Nordeste	2	3	5
Vale do Taquari	1	4	5
Campanha	3	1	4
Centro-Sul	0	4	4
Vale do Jaguari	1	3	4
Hortênsias	2	1	3
Jacuí-Centro	1	2	3
Paranhana-Encosta da Serra	1	1	2
Alto da Serra do Botucará	1	0	1
Campos de Cima da Serra	1	0	1
Vale do Caí	0	1	1
TOTAL	98	129	227

Fonte: Resultados da pesquisa.

Notavelmente, destaca-se que o COREDE Missões liderou em número de publicações, somando 24 trabalhos publicados entre Periódicos Capes e o Google Scholar. Esse resultado é especialmente interessante, pois os COREDEs mencionados, como Missões, Produção, Alto Jacuí e Serra, fazem parte da composição original estabelecida em 1994.

Por outro lado, os COREDEs com menor número de publicações foram o Alto da Serra do Botucaraí, Campos de Cima da Serra e Vale do Caí, cada um com apenas um trabalho publicado na soma dos periódicos pesquisados. É importante notar que dois desses COREDEs foram criados após a composição original, sendo o Alto da Serra do Botucaraí em 2004 e Campos de Cima da Serra em 2006. Isso oferece uma possível explicação para o menor volume de publicações dessas regiões.

A Tabela 2 complementa essas informações, detalhando as revistas que mais contribuíram com trabalhos publicados no Periódicos Capes. Esses dados fornecem uma visão mais abrangente das tendências de publicação e das fontes de informação mais utilizadas dentro do contexto analisado.

Tabela 2 - Ranking das Revistas Mais Publicadas no Periódicos Capes

Revistas	Publicações
Revista Teoria e Evidência Econômica	7
Desenvolvimento Regional em Debate	6
Revista de Desenvolvimento Regional	4
Revista de Desenvolvimento Econômico	4
Indicadores Econômicos FEE	4
Revista de Desenvolvimento em Questão	3

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 2, que a Revista Teoria e Evidência Econômica teve mais destaque comparada às outras com 7 publicações. Ao destacar a Revista Teoria e Evidência Econômica e a Revista Desenvolvimento Regional em Debate como as mais ativas em termos de publicação. A predominância dessas revistas na publicação de artigos pode indicar áreas que têm interconexão com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, como gestão e economia, o que destaca as áreas mais pesquisadas como mostra a Figura 5. Desse modo, a Figura 7 oferece uma representação das palavras destacadas nos títulos dos estudos levantados, fornecendo uma visão abrangente das temáticas predominantes na pesquisa realizada.

recursos, infraestrutura e expertise necessários para a realização de estudos. Por meio de parcerias colaborativas entre pesquisadores acadêmicos, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, os centros de pesquisa facilitam o acesso a dados, promovem a troca de ideias e impulsionam a produção de conhecimento relevante e aplicável. Pode-se dizer que a presença e a contribuição desses centros influenciaram positivamente na atuação dos COREDEs que mais se destacaram na publicação de estudos ao longo do período analisado.

Nesse sentido, os resultados deste trabalho fornecem subsídios importantes para a compreensão dos desafios e das oportunidades enfrentadas pelas regiões do estado do RS, bem como para o aprimoramento das políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional. Portanto, conclui-se que esta pesquisa alcançou seu objetivo inicial de verificar a atuação do COREDE, com o intuito de compreender a evolução das pesquisas sobre a temática. Esse estudo oferece contribuição sobre o papel e a importância desse órgão no contexto do desenvolvimento regional.

No entanto, é importante reconhecer algumas limitações desta pesquisa. A análise se baseou principalmente em dados bibliográficos, o que pode não refletir completamente a realidade das ações e impactos dos COREDEs, especialmente em relação à implementação prática das políticas propostas. Além disso, a análise se restringiu a trabalhos disponíveis em bases de dados específicas (Periódicos Capes e Google Scholar), o que pode ter deixado de fora contribuições importantes de outras fontes ou abordagens metodológicas.

Para sugestões de estudos futuros, em razão dos acontecimentos que ocorreram no mês de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul devido a uma catástrofe ambiental que desencadeou com chuvas expressivas que resultaram em enchentes e inundações que afetaram praticamente todo o estado gaúcho, seria pertinente a sugestão de estudos futuros com enfoque na sustentabilidade. Esses estudos visariam impulsionar a implementação de medidas preventivas ecológicas, promovendo um desenvolvimento regional de maneira harmoniosa com o desenvolvimento sustentável para que se almeje capacitar o estado a lidar de forma mais eficiente e proativa com desastres naturais, garantindo a preservação dos recursos naturais e a segurança das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E. de; GUIMARÃES, J. A.; ALVES, I. T. G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 7, n. 13, p. 218-24, 2010.

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**, p.1-38, 2007.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 1-160, 2009.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p.1-395 2003.

BRITO, B. **Turismo Ecológico: uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camoes, Lisboa, 2004.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações finais, **Desenvolvimento Regional em Debate**, p.81-106, 2011.

CÂNDIDO, G. A.; PONTES R. R. M.; SILVA A. M. V. Desenvolvimento regional e o processo de expansão das instituições de ensino superior no Brasil: um estudo exploratório acerca dos seus impactos em municípios do semiárido brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. 1-19, 2022.

CAPES. **Quem Somos**. Portal de Periódicos da CAPES. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez47.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 06/03/2024.

CARGNIN, A. P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. Brasília: Sinergia Editorial, p.1-138, 2014.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 03 de abril de 2024.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, p. 3-15, 2019.

CURADI, F. C.; BRANDÃO, L. Desenvolvimento regional e imprensa: estado da arte e perspectivas teóricas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 299-313, 2019.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança, **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)**, v. 2, p.1-20, 2011.

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional - a região importa? **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v.18, p.313-319, 2022.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M, **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**: Literatura cinzenta, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 92-98, 2000.

LAGO, I. **Handbook on Decentralization, Devolution and the State**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p.1-375, 2021.

LIMA, J. F. Desenvolvimento regional sustentável. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, v. 11, p. 132-143, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, p. 1-361, 2022.

MARTINUSSEN, J. **Society, state and market**: A guide to competing theories of development. Pretoria: HSRC Publishers, 1997.

- MOLINA, M. C. G. Desenvolvimento sustentável: do conceito de desenvolvimento aos indicadores de sustentabilidade. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, v. 4, n. 1, p. 75-93, 2019.
- MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de economia**, v. 38, n. 2, p. 25-50, 2012.
- OLIVEIRA, N. M. Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**, p. 1-15, 2024.
- OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional Revising classical regional development theories. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.
- PATIAS, I. A.; BAGGIO, D. K. Núcleo de inovação tecnológica e desenvolvimento regional: estudo em uma instituição federal de educação, ciência e tecnologia, a partir da atuação da hélice quádrupla / technological innovation and regional development nucleus. **Informe Gepec**, v. 26, n. 3, p. 342-358, 2022.
- PESSOA, M. L. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <<http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; STASIAK, P. S.; POLLETO, L. F. Controle social, participação e desenvolvimento: as experiências dos conselhos regionais de desenvolvimento (coredes) no Rio Grande do Sul. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, p. 52-72, 2021.
- SANTOS, E. L.; BRAGA, V., SANTOS R. S., BRAGA A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 20, n. 4, p. 43-61, 2012.
- SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 791-801, 2019.
- SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.
- STAVIZKI JUNIOR, C.; DEPONTI, C. M. Valorizando os Territórios: desenvolvimento regional para além da dicotomia rural e urbano na experiência do município de Santa Cruz do sul/rs. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 57, p. 263-277. 2021.
- TIRELLI, C.; BUGS, J. C. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: Atores e Estratégias em Regiões do Brasil**. O Programa dos Coredes nas gestões governamentais do Estado do Rio Grande do Sul (1991-2014): uma análise relacional. São Carlos :Pedro & João, p. 18-48, 2020.
- TONI, J. De.;KLARMANN, H. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 517-538, 2002.